

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E EMPODERAMENTO: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE UMA SITUAÇÃO AVALIATIVA

Diego Faria de Queiroz^{1, 2}

diegomaradona.90@bol.com.br

Janísio Xavier de Souza^{2*}

jsantista@uol.com.br

Graciele Massoli Rodrigues^{2, 3}

masgra@terra.com.br

¹Prefeitura Municipal de Osasco (PMO)

²Universidade São Judas Tadeu (USJT)

³Escola Superior de Educação Física de Jundiá (ESEFJ)

RESUMO

Objetivo é apresentar uma prática pedagógica avaliativa na Educação Física Escolar reestruturada nos pressupostos no campo da linguagem para atender a um aluno autodenominado excluído, pertencente, ao 8º ano do ensino fundamental, sem alfabetização concluída. As reflexões sobre empoderamento foram pontos de partidas para as adaptações. Foi feita uma avaliação oral com exploração gestual que possibilitou ao aluno atender o solicitado e perceber sua atuação nos processos de aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE

prática docente; educação física; empoderamento

INTRODUÇÃO

O conceito de alteridade, muito além de ser antônimo a identidade, pressupõe a necessidade de uma reflexão crítica da sua atuação. Skliar (2003) nos aponta que o mistério do outro, o poder de sua alteridade é que, não há relação com o outro se o seu rosto é ignorado. Para o autor, o outro na educação foi sempre um outro que devia ser apagado ou anulado. Porém, nos dias atuais as reformas pedagógicas, parecem que já não suportam o abandono, à distância, o descontrole.

* Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)



Um espaço educacional como a escola se dirige na captura do outro com a missão de possuí-lo, porém, alerta Skliar (2003), que nunca temos compreendido o outro, o temos sim, massacrado, assimilado, ignorado e excluído. Rodrigues, Lima e Duarte (2004), afirmam que considerar as diferenças é emergir nos aspectos inerentes às relações humanas. Tendo como indicativo a alteridade, que para esses autores é um pressuposto tanto teórico como metodológico da ação, objetivando rever as estratégias de ensino, é necessário o docente reconhecer as diferenças e identificar que o tempo não é igual para todos.

Nessa relação de alteridade, de se colocar ou constituir-se como o outro, está implícita a ação de respeito às diferenças que, segundo Rubio e Daólio (2008) sugere uma reflexão sobre “quem sou” e “onde estou”.

Nesse sentido, temos que considerar a escola como um espaço em que ações reflexivas efetivas contribuam para a inclusão de todos os alunos nas propostas pedagógicas, empoderando e contribuindo no processo de aprendizagem discente. Segundo Touraine (2004), o empoderamento está ligado a ideia de autonomia, para os indivíduos e grupos que reivindicam o poder de agirem sobre os seus ambientes.

Dentro do contexto social, a escola é um espaço pedagógico concreto, na qual tem a finalidade da formação discente pautada em um cidadão crítico, criativo, participativo e autônomo. Tais finalidades devem ser trabalhadas em todos os componentes curriculares.

O componente curricular Educação Física, que segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, art. 25 § 3º, é obrigatório na educação básica quando integrada a proposta pedagógica da escola (BRASIL, 1996), tem um papel importante nesta formação, ao estar inserida, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular, na área de Linguagens, na qual as atividades humanas têm existência real nas múltiplas formas de comunicação: verbal, corporal, visual, sonoro e digital (BRASIL, 2018).

O objetivo é apresentar uma prática pedagógica avaliativa na Educação Física Escolar reestruturada nos pressupostos no campo da linguagem para atender a um aluno autodenominado excluído, pertencente, ao 8º ano do ensino fundamental, sem alfabetização concluída.

CONTEXTO SITUACIONAL

Este relato apresenta a experiência de um professor de Educação Física de uma escola pública localizada na região metropolitana de São Paulo, com a aplicação de uma atividade avaliativa recuperativa para um aluno com desempenho insatisfatório e que se autodenominava excluído das atividades.

O aluno de 13 anos de idade, matriculado e frequente no 8º ano de uma escola pública, está no processo inicial de alfabetização, não possuindo o domínio da escrita e da leitura. Consegue identificar e escrever os algarismos, porém apresenta dificuldade na compreensão de números envolvendo dezenas, centenas e milhares. Até a presente data não houve retenção nas séries anteriores, tão pouco dispõe de laudo psicopedagógico ou instrumento similar, que denuncie a causa dessa condição específica na aprendizagem.

Embora o aluno tenha relatado apreciar o esporte futebol, o mesmo se auto excluiu das atividades motoras que ocorrem nas aulas. Em sala de aula, não faz registro das atividades propostas, raramente participa e vivencia o fazer pedagógico, inclusive na forma oral. Há pouca interação social do aluno com os colegas de turma e vice-versa. Apresenta uma percepção de auto eficácia baixa.

Tais atitudes são contrárias às desenvolvidas pelo discente no 4º e 5º ano do ensino fundamental, pois participava ativamente das aulas de Educação Física ministradas pelo mesmo professor, sendo atividade predominantemente prática ou teórica. Neste ciclo de ensino o aluno apresentava um bom relacionamento sócio afetivo com a maioria dos alunos de turma, embora a dificuldade na alfabetização já se fizesse presente.

A EDUCAÇÃO FÍSICA NO 8º ANO

No Estado de São Paulo, há um Currículo Oficial, desenvolvido como norteador do trabalho docente acerca dos conteúdos e habilidades a serem trabalhadas nas respectivas aulas. Neste documento, Educação



Física, está inserida na área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, assim como os componentes de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna e Arte (SÃO PAULO, 2012).

Neste Currículo, encontramos como eixos de conteúdos no primeiro semestre do 8º ano para a Educação Física, os esportes, a luta, organismo humano, movimento e saúde, e ginástica (SÃO PAULO, 2014).

Foi observada defasagem nas competências e habilidades referente aos conteúdos dos anos anteriores, e foram revisados no primeiro bimestre os conteúdos do 6º ano e do 7º ano do ensino fundamental.

ASPECTOS CONSIDERADOS NAS AVALIAÇÕES

O processo avaliativo pautou-se nas dimensões conceitual, atitudinal e procedimental, com atividades desenvolvidas em sala de aula, como lição de casa, na forma individual ou em grupo, além de atividade teórica na forma oral e escrita sobre conteúdos revisados.

Ao final da somatória das avaliações nas múltiplas dimensões e tarefas, foi atribuído conceito para os acadêmicos, utilizando uma escala de zero à dez pontos. Foi considerado rendimento insuficiente o aluno que obteve conceito <5,0 pontos, tendo a oportunidade de realizar uma atividade recuperativa.

Fizeram parte da atividade avaliativa recuperativa as dimensões procedimental e conceitual. Na primeira houve a realização de alongamento e aquecimento, enquanto a segunda tratou de descrever o movimento realizado na parte procedimental, identificando a capacidade física principal.

OUTRA POSSIBILIDADE DE AVALIAR

Apenas um dos alunos sentiu-se inapto para a realização da parte conceitual da atividade recuperativa, auto excluindo-se da mesma. O professor, ao indagá-lo sobre o motivo da sua não participação na atividade proposta, obteve como resposta o fato da leitura e escrita o estar prejudicando, percebendo na fala do aluno uma percepção de incapacidade para a realização da atividade descritiva.

Foi sugerido pelo professor que a atividade fosse realizada de forma oral, com questões similares e com resultados valorativos iguais ao da tarefa escrita.

O discente descreveu com timidez e surpresa diante da novidade da realização de uma atividade avaliativa oral, embora o aluno tivesse dificuldade na dicção dos termos, foi compreendida a resposta.

Com ansiedade e nervosismo, o aluno perguntou ao professor qual seu conceito nessa avaliação realizada. O professor respondeu que ele havia tirado a nota máxima da avaliação, justificando que, na Educação Física Escolar, a linguagem escrita também é importante, porém, não é a única, e que, outras linguagens, como a oral e a corporal podem e devem ser utilizadas nas aulas, na qual “[...] a Educação Física trata da cultura relacionada aos aspectos corporais, que se expressa de diversas formas [...]” (SÃO PAULO, 2012, p. 224).

Uma das propriedades da educação inclusiva é perceber e entender as diferenças. De acordo com Carmo (2006) reconhecer a diversidade humana é um conceito que explica a relação entre os homens a partir do entendimento de que somos diferentes e iguais, simultaneamente.

Neste contexto, a Educação Física, pode desempenhar um papel efetivo na promoção da capacitação dos alunos considerados excluídos, não sendo apenas uma ferramenta eficiente para o desenvolvimento físico, mas também como um meio de promover o empoderamento de pessoas e grupos considerados problemáticos e assim, excluídos e marginalizados dentro do ensino formal.

Para Carmo (2006), os desafios impostos pela política de inclusão escolar cederam, na Educação Física Escolar, lugar para uma outra concepção de homem, corpo e movimento. Estamos falando da diversidade humana, das diferenças e das desigualdades, que diferem dos ideários perversos da aptidão física e da máxima de um “corpore sano” refutando o princípio de normalidade vigente na sociedade, na Educação e na Educação Física Escolar.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse relato de experiência foi possível verificar que o professor de Educação Física é fundamental para propor e realizar novas abordagens que possibilitem ao educando a percepção de empoderamento por meio das práticas motoras desenvolvidas nas aulas, demonstrando novos caminhos para uma Educação Física Escolar onde o discente tem oportunidade de ser avaliado em um processo que busca demonstrar o poder que esse aluno apresenta em seus processos de aprendizagem.

Vasconcelos (2003) considera que o empoderamento por estar constituído na relação de poder, é um terreno de enfrentamentos na busca por democracia, igualdade social e cidadania. No nosso ponto de vista, temos que buscar o empoderamento nas pessoas por meio de práticas pedagógicas na qual, há uma relação desigual de poder, de participação e de envolvimento.

Ao constatarmos que podemos avaliar o aluno de outras formas, a Educação Física Escolar, como um componente curricular, contribui, efetivamente, para a percepção de empoderamento em experiência concreta em que alunos, quase sempre, são levados a vivenciar possibilidades e situações de “desempoderamento”.

PEDAGOGICAL PRACTICES AND EMPOWERMENT: SOME REFLECTIONS ON AN EVALUATING SITUATION

ABSTRACT

The objective is to present an evaluative pedagogical practice in restructured school physical education in the assumptions in the field of language to attend a self-denoted student belonging to the 8th year of elementary school without literacy completed. Reflections on empowerment were starting points for adaptations. An oral evaluation was carried out with a gestural exploration that enabled the student to attend to what was requested and to perceive his / her performance in the learning processes.

KEYWORDS: *teaching practice; physical education; empowerment.*

PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS Y EMPODERAMIENTO: ALGUNAS REFLEXIONES SOBRE UNA SITUACIÓN EVALUACIÓN

RESUMEN

Objetivo es presentar una práctica pedagógica evaluativa en la Educación Física escolar reestructurada en los presupuestos en el campo del lenguaje para atender a un alumno autodenominado excluido perteneciente al 8º año de la enseñanza fundamental sin alfabetización concluida. Las reflexiones sobre empoderamiento fueron puntos de partida para las adaptaciones. Se realizó una evaluación oral con exploración gestual que posibilitó al alumno atender lo solicitado y percibir su actuación en los procesos de aprendizaje.

PALABRAS CLAVES: *práctica docente; educación física; empoderamiento.*



REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 13 abr. 2019.
- CARMO, A. A. *A escola não seriada e inclusão escolar: a pedagogia da unidade na diversidade*. Uberlândia: EDUFU, 2006.
- RODRIGUES, G. M.; LIMA, S. M. T.; DUARTE, E. Demarcações sociais e as relações didáticas na escola: considerações acerca da inclusão. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 25, n. 3, p. 43-56, 2004.
- RUBIO, K.; DAOLIO, J. A incorporação da alteridade como caminho para a construção da cidadania. Goiânia. *Anais do X Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte*, 1998. v. 1, p. 109 -113.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. *Currículo do Estado de São Paulo: Linguagens, códigos e suas tecnologias*, 2. ed. São Paulo, 2012. 260 p. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/782.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2019.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. *Material de apoio ao currículo do Estado de São Paulo: caderno do professor; educação física, ensino fundamental – anos finais, 7ª série/8º ano*, vol. 1. São Paulo, 2014. 88p.
- SKLIAR, C. B. A educação e a pergunta pelos Outros: diferença, alteridade, diversidade e os outros “outros”. *Ponto de Vista*, Florianópolis, n. 5, 2003. p. 37-49.
- TOURAINÉ, A. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- VASCONCELOS, E. M. *O poder que brota da dor e da opressão: empowerment, sua história, teorias e estratégias*. São Paulo: Paulus, 2003.

